


# **O QUE FAZER QUANDO APENAS A INCLUSÃO NÃO BASTA? TEMPOS OUTROS E NOVOS ARSENAIS EXPLICATIVOS NA ESCRITA DA HISTÓRIA**

What to do When Inclusion Alone is not Enough? Other Times and New Explanatory  
Arsenals in the Writing of History

Allan Kardec da Silva Pereira <sup>a</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-2283-4826>

E-mail: [allan.pereira@uffrs.edu.br](mailto:allan.pereira@uffrs.edu.br)

<sup>a</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul, Departamento de História, Erechim, RS, Brasil.

**DEBATE**

**TEMPORALIDADE, COLONIALIDADE, RACIALIDADE**

**TEMPORALITY, COLONIALITY, RACIALITY**

**TEMPORALIDAD, COLONIALIDAD, RACIALIDAD**

## RESUMO

O presente texto soma comentários às discussões de conceitos como inclusão, visibilidade e racialidade desenvolvidas pela historiadora Maria da Glória Oliveira em seu “Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo”. De modo breve, aponto os méritos da empreitada de Oliveira e também opino sobre o atual estado da historiografia brasileira, sua receptividade a autores “fora do cânone”, suas práticas excludentes e iniciativas que, de alguma forma, propõem outros caminhos.

## PALAVRAS-CHAVES

Inclusão. Visibilidade. Racialidade.

## ABSTRACT

This paper adds comments to the discussions of concepts such as inclusion, visibility and raciality developed by the historian Maria da Glória Oliveira in her paper. Briefly, I point out the merits of Oliveira's undertaking and also give my opinion on the current state of Brazilian historiography, its receptivity to authors “outside the canon”, its exclusionary practices and initiatives that, in some way, propose other paths.

## KEYWORDS

Inclusion. Visibility. Raciality.



**D**entro daquilo que podemos mapear como uma ainda tímida transformação curricular na Teoria da História no Brasil, dois textos se destacam como reflexões importantes para entender as “exclusões epistêmicas” e a “dependência acadêmica”: *Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História* (2018), da professora Ana Carolina Barbosa Pereira, da Universidade Federal da Bahia, e *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia* (2018), da professora Maria da Glória de Oliveira, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Esses artigos, publicados respectivamente nas revistas *Tempo e Argumento* e *História da Historiografia*, logo passaram a compor diversos planos de curso de disciplinas da graduação e pós-graduação, indicando o quanto suas discussões estão sendo pensadas como urgentes no debate atual da Teoria da História, uma sub-disciplina que no Brasil se constituiu como um espaço de distinção acadêmica para homens brancos.<sup>1</sup>

Em paralelo à difusão de uma agenda descolonizadora que assume, em larga medida, um caráter global, notamos no cenário acadêmico das humanidades no Brasil significativa ampliação no número de dossiês, traduções, eventos acadêmicos etc. sobre questões raciais, de gênero e ambiental. Jota Mombaça, citada na epígrafe do aqui comentado “*Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo*”, reflete sobre a centralidade que essas discussões têm assumido no debate público brasileiro, tornando-se, sobretudo, um produto rentável em termos de desempenho editorial e artístico. Na contramão da euforia progressista com uma suposta inclusão de autores não-canônicos, Mombaça, que se define como bicha não-binária, procura pensar como essa mesma situação contemporânea também é marcada pela “concomitância de nossa morte e de nosso sucesso” (2020). Estando esses temas “na moda”, como alguns poderiam dizer, estando essas discussões finalmente *marcadas*<sup>2</sup> com jargões acadêmicos como “*necessárias*”, “*potentes*”, sendo, finalmente, trabalhadas por historiadores que outrora pareciam esquecer/silenciar a racialidade em suas publicações sobre trauma e representação, o que podemos esperar dos arsenais explicativos da história disciplinar? Quando Jota Mombaça e Michelle Mattiuzi (2019) afirmam que “a visibilidade é uma armadilha”, elas parecem, portanto, endereçar um alerta intramural para aqueles pesquisadores negros, indígenas, LGBTQIAPN+ etc. de que, bem, suas lutas não devem se pautar no simples empenho de ter histórias finalmente reconhecidas academicamente. É preciso algo mais, cobrar outras coisas do saber institucional.<sup>3</sup>

No texto que segue, Maria da Glória de Oliveira recorda que “dar visibilidade” ou pensar as formas como são (in)visibilizados e representados determinados sujeitos ou

<sup>1</sup> Aqui faço referência a um texto de minha autoria ainda não publicado, intitulado “A Teoria da História como sub-disciplina de distinção para homens brancos”. Sobre a forma como as reflexões “decoloniais”, digamos assim, são inseridas nos planos de curso de História, é interessante notar o fato de que muitos dos textos selecionados para mediar esses debates sejam empurrados para as aulas finais dos componentes curriculares. Isso acontece de forma notável com os referidos artigos das professoras Ana Carolina Pereira e Maria da Glória Oliveira. Como me alertou o colega Bruno Amorim, esse movimento replica a temporalização espaço-linear da modernidade, ou seja, é como se o “pós” e o “decolonial” só pudessem aparecer e fazer sentido após uma passagem profunda pelos endeusados cânones do pensamento moderno. Mais que isso, esse posicionamento poderia indicar que essas discussões, embora “quentes”, precisariam de uma maior maturação, sendo suas projetadas como algo para o futuro.

<sup>2</sup> Meu uso do conceito de *marca* possui uma ligação direta com o pensamento de Hortense Spillers (2021).

<sup>3</sup> O pensador-quilombola Nego Bispo (2023) tece críticas muito interessantes sobre a recepção mercadológica e desterrada que grande parte da academia faz de expressões populares, como exemplificado na conceitualização do termo “ecologia”. Como explica Sirma Bilge (2020) e Joy James (1999), o extrativismo acadêmico é especialmente violento com o conhecimento produzido por mulheres negras. Sobre o modo como a descolonização tem se tornado mera metáfora acadêmica, Cf. Eve Tuck e K. Wayne Yang (2021).

lugares subalternos sempre funcionou como algo que justificou o conhecimento nas humanidades. Porém, partindo do trabalho da intelectual negra brasileira Denise Ferreira da Silva, uma pesquisadora que causa verdadeiro espanto só recentemente parece ter sido minimamente reconhecida em certos espaços do cenário acadêmico brasileiro, Oliveira demonstra como, via de regra, “a marcação das diferenças atribuídas entre os corpos como raça, gênero e sexualidade funcionem como ferramentas conceituais predominantemente descritivas.” Daí porque, e isso Denise Ferreira elabora de forma brilhante em “Pensamento Fractal” (2020), a interpretação das vidas subalternas frequentemente tenha sido pensada “como efeito ou decorrência lógica de processos sócio-históricos de exclusão” (Oliveira, 2023).

*Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo* parece seguir um caminho recente na historiografia, que tem nos trabalhos de Mario Rufer (2009) e Arthur Lima de Ávila (2016) um conjunto de proposições interessantes que dialogam, de alguma forma, com o texto *History and the politics of recognition* (2007), publicado pelo historiador indiano Dipesh Chakrabarty. Maria da Glória Oliveira parece ir além do proposto por Chakrabarty. Ao decidir investigar de forma expansiva a questão do reconhecimento, seu grande mérito está em apontar que as demandas subalternas (poderíamos chamá-las também de clamores reparativos) por tempos outros não são elaboradas como meras petições por inclusão e visibilidade, especialmente porque esses valores, ela explica, são inscritos em uma estrutura normativa que reifica a diferença racial e, além disso, não diagnostica como a racialidade-colonialidade moderna ainda *assombra* o presente. Mesmo que com boas intenções, e resultados, na opinião de Oliveira, “satisfatórios”, as tentativas de dar voz aos “Outros” históricos terminavam reinscrevendo esses sujeitos em uma diferença cultural e histórica: “*sem parte* na cena do tempo *presente* da representação moderna”, tendo sua subjugação racial explicada como consequência de condições históricas e estruturais de exclusão, esses sujeitos terminavam sendo tratados como um “Eu transparente”, que permanecia “enterrado sob os escombros históricos à espera de estratégias de *inclusão*” (Oliveira, 2023).

O artigo pergunta como podemos pensar a sincronização dos tempos da história nacional sem questionar as reincidentes “dívidas impagáveis”, que desmontam a flecha do tempo da modernização e reafirmam que a colonialidade não é um resquício anormal/extremo do passado em nosso presente, mas algo ainda profundamente naturalizado/estruturado em escala global. Em *No Vestígio: Negridade e Existência* (2023), vemos a pesquisadora afro-americana Christina Sharpe oferecer uma metodologia indisciplinada que parece desfazer essa aporia. Ela cita que formulou muitas de suas proposições sobre temporalidade após ministrar o curso *Memory for Forgetting*, um espaço onde seus alunos poderiam refletir sobre duas histórias traumáticas: o Holocausto e a escravidão nos EUA/América do Norte. Sharpe destaca que, quando ensinou o curso cronologicamente, sentiu que muitos dos estudantes expressavam alguma dificuldade em entender sobre a escravidão e suas vidas posteriores, algo bem distinto da empatia acabavam nutrindo quando tinham contato com narrativas do Holocausto. Alguns alunos, até mesmo, viam na escravidão um certo paternalismo que permitia aos escravizados algum conforto possível (“Bem, essas pessoas escravizadas *recebiam* comidas e roupas; havia uma espécie de cuidado ali. Caso contrário, o que elas teriam feito?”, argumentavam). Buscando outras possibilidades, Sharpe decidiu repassar-lhes uma cena do conhecido documentário *Shoah* (1985), de Claude Lanzmann, onde Simon Srebnik (um dos três sobreviventes do massacre em Chelmno, que vivia em Israel) retorna à Polônia. Após ser inicialmente bem recebido, Simon se depara com os moradores locais progressivamente culpando os próprios judeus de Chelmno por sua captura pelos nazistas. Sharpe conta que diante do choque que a cena causou nos estudantes, decidiu questionar se eles

imaginavam a hipótese de Simon Srebnik não ter outro lugar para ir além de Chelmno ou a Polônia. Com esse movimento, por fim, a autora afirmou ter recordado-os que esse foi o destino dos anteriormente escravizados e seus descendentes nos Estados Unidos pós-Guerra Civil (1861-1865): continuaram a viver nas *plantations*, rodeados daqueles que reivindicaram propriedade sobre eles e que lutaram para estender esse estado de captura e sujeição, de maneira legal ou extralegal, até o presente.

Semelhante preocupação com a temporalidade é teorizada por Maria da Glória Oliveira quando ela explica suas proposições em termos próximos a “fantologia”, do filósofo franco-magrebino Jacques Derrida (1994) e com o que seria uma “teoria da história polifônica” de Ethan Kleinberg (2022). Do historiador americano, Oliveira retoma também uma curiosa crítica sobre a orientação ao realismo ontológico que muitas escritas subalternas da história estariam nutrindo. Ainda que eu chegue a pensar e catalogar inúmeros exemplos de escritas insubmissas da história (Pereira, 2021), que produzidas por negros, indígenas, LGBTQIAPN+ etc., fogem desse tipo de pretensão realista ao oferecer métodos inventivos de historiar, é inegável que os princípios do realismo ontológico e a “crença no poder dos historiadores em (re)construir descrições e explicações sobre eventos passados e sujeitos preexistentes” ainda estejam pautando muitos desses trabalhos. Mesmo Saidiya Hartman (2020), que surge apenas no final de “*Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo*”, parece também concordar com isso. Sua historiografia, entretanto, quer justamente romper, de forma “fabulativa”, com esses pressupostos do realismo ontológico. Centralizando a questão do tempo, sua metodologia indisciplinada da história é marcada pela maneira corajosa (o “imperativo ético e político”, de que fala Maria da Glória) como a autora desmascara as “promessas rompidas” aos sujeitos subalternos sob o véu dos discursos de liberdade e inclusão. A sobrenaturalidade da ideia de “sobrevida da escravidão”, desenvolvida por Hartman desde o seu seminal *Scenes of Subjection* (1997), e dos “espectros da colonialidade-racialidade”, de Maria da Glória Oliveira, parecem querer despertar a historiografia de algumas de suas mais desgastadas ilusões disciplinares. A impactante combinação desses conceitos, na conclusão, assume um evidente tom de manifesto<sup>4</sup>: é preciso mais do que um mero reconhecimento dos “tempos outros”. É realmente urgente que repensemos de forma séria nossos arsenais explicativos. Dentro do atual cenário de nossa disciplina no Brasil, eu ousar adicionar: é necessário mais do que uma inclusão, *de passagem*, de autores *outros* em nossas bibliografias de formação. O texto que aqui se apresenta – e penso que também a própria trajetória acadêmica da professora Maria da Glória Oliveira – surge como uma intervenção interessante para abrir novos caminhos possíveis.

## REFERÊNCIAS

AVILA, Arthur L. de. Povoando o Presente de Fantasmas: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. *Revista Expedições*, v. 7, p. 189-209, 2016.

BILGE, Sirma. The fungibility of intersectionality: na Afropessimist Reading. *Ethnic and Racial Studies*, Surrey, v. 43, n. 13, p. 2298-2326, 2020.

---

<sup>4</sup> Essa foi a sensação que tive quando a professora Maria da Glória Oliveira apresentou esse texto na ocasião do encerramento do XI Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia (SNHH), na UNIFESP-Guarulhos, em novembro de 2022. Fico pensando que tipo de estranhamento ou aproximação o texto e o conjunto de interlocutores nele empregados causaram em nossos pares.

BISPO, Nego; FERDINAND, Malcolm; SANCHES, Ana. Aquilombar o Antropoceno, Contra-colonizar a Ecologia: confluências entre Malcom Ferdinand e Antonio Bispo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RCuzE6b83k>. Acesso: 9 nov. 2023.

CHAKRABARTY, Dipesh. History and the politics of recognition. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (org.) *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007. p. 77-87.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em Dois Atos. In: *Pensamento Negro Radical: Antologia de Ensaios*. São Paulo: Crocodilo, 2021. p. 105-129.

HARTMAN, Saidiya. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

JAMES, Joy. Radicalising feminism. *Race & class*, v. 40, n. 4, p. 15-31, 1999.

KLEINBERG, Ethan. Reflections on Theory of History Polifonic. *Hypotheses*, 22/09/2022.

Disponível em:

<https://gtw.hypotheses.org/757#:~:text=Theory%20of%20history%20polyphonic%20extends,the%20realm%20of%20conventional%20history>. Acesso em: set. 2023.

MOMBAÇA, Jota. *A Plantação Cognitiva*. Arte e descolonização: MASP Afterall, São Paulo, v. 3, p. 1-11, 2020.

MOMBAÇA, Jota; MATTIUZZI, Michelle. Carta à leitora preta do fim dos tempos. In: SILVA, Denise F. da. *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina da Imaginação Política e Living Commons, 2019. p. 15-27.

OLIVEIRA, Maria da G. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia". *Revista História da Historiografia*, v. 11, n. 28, set/dez. 2018.

PEREIRA, Allan K. Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. *História da Historiografia*, v. 14, n. 36, p. 481-508, 2021.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, abr/jun. 2018.

SHARPE, Christina. *No Vestígio: Negridade e Existência*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SILVA, Denise F. da. Pensamento Fractal. *Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 206-214, 2020.

SPILLERS, Hortense. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: *Pensamento Negro Radical: Antologia de Ensaios*. São Paulo: Crocodilo Edições, 2021. p. 29-69.

TUCK, Eve; YANG, K. Wayne. La descolonización no es una metáfora. *Tabula Rasa*, n. 38, p. 61-111, 2021.

## NOTAS DE AUTOR

---

### AUTORIA

**Allan Kardec da Silva Pereira:** Doutor em História. Professor associado. Universidade Federal da Fronteira Sul, Departamento de História, Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

UFFS-Campus Erechim, ERS 135, km72, 200, 99700-970, Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil. Caixa Postal 764.

### ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

### AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Allan Kardec da Silva Pereira.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

### DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

### PREPRINT

O artigo não é um preprint.

### LICENÇA DE USO

© Allan Kardec da Silva Pereira. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### EDITOR

Fabio Morales.



## HISTÓRICO

Recebido em: 21 de novembro de 2023

Aprovado em: 24 de janeiro de 2024

Como citar: PEREIRA, Allan K. da S. O que fazer quando apenas a inclusão não basta? Tempos outros e novos arsenais explicativos na escrita da História. *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 55, p. 415-422, 2023.

